

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.601 - SP (2019/0017447-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO E OUTRO(S) - SP031464
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES SORRENTINO PEREIRA
ADVOGADOS : LUANA DA PAZ BRITO SILVA E OUTRO(S) - SP291815
NALÍCIA CÂNDIDO DA COSTA - SP231467

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A em face de decisão que não admitiu o seu recurso especial.

2. A irresignação não merece prosperar.

A parte agravante não rebate, de forma específica, clara e fundamentada, todos os argumentos da decisão agravada, notadamente os seguintes em relação à alegada divergência jurisprudencial:

a) o dissenso jurisprudencial deve ser comprovado por certidão, ou cópia, ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução do julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, devendo ser demonstrado de forma analítica, mediante o confronto das partes idênticas ou semelhantes do acórdão recorrido e daqueles eventualmente trazidos à colação, na forma exigida pelo artigo 1.029, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados;

b) com relação às decisões monocráticas, saliento que estas não se prestam para comprovação da divergência jurisprudencial, ante os dizeres da letra c do inciso III do artigo 105 da Lei Maior;

c) incidência da Súmula 13 do STJ, uma vez que, para efeito de comprovação do dissenso interpretativo, não é possível que os julgados arrolados sejam oriundos do tribunal prolator da decisão impugnada, e esse é o caso de precedentes a fls. 352 e 354; e,

d) no tocante à Súmula 291 do Superior Tribunal de Justiça, ressalto que não basta, para efeito de comprovação da divergência com jurisprudência cristalizada, a mera menção a seu número, sendo indispensável, em casos tais, demonstrar o dissídio entre a tese no verbete enunciada e aquela adotada no v. acórdão recorrido.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos

dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

E continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator